



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CAMPUS CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
CURSO DE GEOGRAFIA

THEMISTOCLES FARIAS DANTAS

**CONJUNTO MUTIRÃO, CAMPINA GRANDE - PB: SEGREGAÇÃO
SÓCIOESPACIAL, SEGURANÇA E CIDADANIA EM QUESTÃO**

CAMPINA GRANDE - PB
2021

THEMISTOCLES FARIAS DANTAS

**CONJUNTO MUTIRÃO, CAMPINA GRANDE - PB: SEGREGAÇÃO
SÓCIOESPACIAL, SEGURANÇA E CIDADANIA EM QUESTÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
apresentado ao Curso de Geografia do Centro
de Humanidades da Universidade Federal de
Campina Grande, como requisito para obtenção
do título de Licenciado em Geografia.

Orientador: Dr. Lincoln da Silva Diniz.

THEMISTOCLES FARIAS DANTAS

**CONJUNTO MUTIRÃO, CAMPINA GRANDE - PB: SEGREGAÇÃO
SÓCIOESPACIAL, SEGURANÇA E CIDADANIA EM QUESTÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
apresentado ao Curso de Geografia do Centro
de Humanidades da Universidade Federal de
Campina Grande, como requisito para obtenção
do título de Licenciado em Geografia.

Orientador: Dr. Lincoln da Silva Diniz.

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Lincoln da Silva Diniz
Orientador

Prof. Dr. Sérgio Luiz Malta de Azevedo
Examinador interno

Prof. Me. Noaldo José Aires Tavares
Examinador externo

AGRADECIMENTOS

Toda honra, glória louvor e adoração a Deus que me sustentou nesta árdua caminhada, foi nele que adquiri toda força para continuar e jamais desistir diante das adversidades e obstáculos que me deparei durante o curso. A minha mãe dona Maria das graças que me mostrou que nunca é tarde para correr atrás dos nossos objetivos que aos quarenta e cinco anos se formou em fisioterapia após vinte e cinco anos de concluir o ensino médio, ao meu pai senhor Urbano Que sempre me incentivou e me deu força em cada uma nova empreitada desde meu ingresso no exército brasileiro no ano de 2006 até a minha nova missão na Polícia militar do estado da Paraíba, sempre esteve comigo em cada nova empreitada, aos meus dois filhos que são Minhas Fontes de garra e determinação, razão pela qual enfrento toda e qualquer situação. A minha esposa que tem sido o meu pilar e refúgio nos dias mais difíceis.

No âmbito da Universidade Federal de Campina Grande externo a minha imensa gratidão ao corpo docente representado na pessoa do professor Lincoln Diniz ao longo desses anos de curso contribuíram de maneira ímpar para a minha formação intelectual, profissional e pessoal esses me auxiliaram bastante durante o curso.

DANTAS, Themistocles Farias. **Conjunto mutirão, Campina Grande - PB**: segregação sócioespacial, segurança e cidadania em questão. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia). Universidade Federal de Campina Grande, 2021.

RESUMO

O presente artigo resulta de um estudo realizado sobre o Conjunto Mutirão, comunidade habitacional localizada no bairro Serrotão na cidade de Campina Grande - PB. Temas relacionados à segregação sócioespacial, à segurança e à cidadania, foram abordados neste trabalho. A pesquisa foi desenvolvida através de algumas entrevistas com moradores do citado conjunto habitacional; foram realizadas ainda observações *in loco*, bem como uma revisão bibliográfica na área de Geografia Urbana. A segregação sócioespacial gera problemas que afetam diretamente os moradores da referida localidade. Há necessidade de aplicação de políticas inclusivas para populações periféricas, que permitam uma participação dos agentes destes espaços nas discussões sobre planejamento urbano, habitação, marginalização, segurança pública, etc. No caso do Conjunto Mutirão, constatamos que este necessita de mais ações do poder público no tocante ao saneamento básico, a infraestrutura, a inclusão social e cidadã.

Palavras Chave: Segregação Sócioespacial. Conjunto Mutirão. Segurança.

RESUMEN

Este artículo es el resultado de un estudio realizado en el Conjunto Mutirão, una comunidad habitacional ubicada en el barrio Serrotão de la ciudad de Campina Grande-PB. En este trabajo se abordaron temas relacionados con la segregación socioespacial, la seguridad y la ciudadanía. La investigación se desarrolló a través de algunas entrevistas a vecinos del citado conjunto habitacional; También se realizaron observaciones *in loco*, así como una revisión bibliográfica en el área de Geografía Urbana. La segregación socioespacial genera problemas que afectan directamente a los habitantes de ese lugar. Existe la necesidad de aplicar políticas inclusivas para poblaciones periféricas, que permitan a los agentes de estos espacios participar en discusiones sobre urbanismo, vivienda, marginación, seguridad ciudadana, etc. En el caso del Conjunto Mutirão, encontramos que necesita más acciones de las autoridades públicas en términos de saneamiento básico, infraestructura, inclusión social y ciudadana.

Palabras clave: Segregación Socioespacial. Comunidad del Multirão. La seguridad.

1. INTRODUÇÃO

O enfoque orientado pelo estudo de Geografia Urbana no Brasil aumenta com a abertura de novos debates relacionados a cidade. E esse debate entrepõe-se a uma análise teórico-metodológica, como também a diversos temas especialmente em relação a pressuposições da segregação socioespacial, da vulnerabilidade social, da falta de planejamento urbano, que tem se efetivado cada vez mais nas cidades com o acréscimo do processo de segregação e à amplificação das desigualdades.

Uma cidade do porte de Campina Grande - PB, por exemplo, exprime uma aflição menor do que o vivido em grandes centros urbanos, todavia, a medida em que a cidade cresce automaticamente aflora os processos de segregação e desconformidade social; essa argumentação abarca temas relacionados à problemática da exclusão, insegurança, habitação, territorialização e precariedade socioambiental. Essas problemáticas são causas geradoras de muitas comunidades desprovidas e inconsistentes, fazendo-se necessário o estudo desses ambientes.

Neste contexto o Conjunto Mutirão foi escolhido como objeto de estudo em consequência do seu histórico de acontecimentos, pois desde o seu início, este sofre com diversos processos, como a segregação socioespacial, a falta de infraestruturas adequadas, entre outros problemas.

Segundo informação da associação de moradores do citado conjunto habitacional, aproximadamente 8.000 moradores moram neste espaço, grande parte desses moradores são carentes, de baixa renda. Além disso, a distância do Conjunto Mutirão para a área central da cidade é de quase 8 km, aparenta ser uma distância pequena, porém essa distância acarreta muitos problemas para os que moram naquela localidade, tais como a falta de desenvolvimento social, políticas públicas que atendam às faixas etárias presentes, falta de infraestrutura em boa parte do conjunto, além da vulnerabilidade socioambiental. Os moradores do conjunto ainda sofrem preconceito pela localização geográfica do Mutirão, porque ele fica distante da área central da cidade e entre o extinto espaço do lixão municipal e o Presídio do Serrotão, penitenciária estadual.

O Presente estudo buscou apreciar as questões referentes à segregação socioespacial, à segurança dos moradores do Conjunto Mutirão, como também temas relacionados à cidadania.

O estudo foi desenvolvido em três etapas: a primeira etapa foi voltada para o levantamento bibliográfico; na segunda parte foi realizado observações *in loco* para obtenção

dos registros fotográficos; de forma remota, foram obtidas algumas entrevistas e coleta de dados; na terceira parte se deu com a definição da exposição do que foi reunido nas entrevistas, como também os dados obtidos.

Conjecturando as três etapas supracitadas, foi feita uma breve explanação sobre exclusão socioespacial e periferia urbana no contexto de cidades capitalistas, na base qualitativa esse estudo fez uso de imagens de satélites disponíveis nos aplicativos Google Maps e Google Earth, para uma boa contextualização do objeto de estudo.

2. REFERENCIAL TEÓRICO-CONCEITUAL

2.1 Segregação socioespacial e cidadania na cidade: algumas reflexões

As cidades brasileiras são produzidas de maneira muito desigual. Os espaços destas cidades refletem as desigualdades sociais e econômicas, historicamente produzidas. O problema da segregação sócioespacial, proveniente das ações do modo econômico capitalista de produção, é grave e complexo, envolve atuações sociais e políticas de forma muito discordante.

No século XX, a urbe brasileira passou por uma expressiva alteração decorrente da industrialização, especialmente nos grandes centros urbanos. A quantidade de habitantes se multiplicou significativamente como resultado do aumento das indústrias. A população urbana brasileira deu, no intervalo das décadas de 1950 à 2010, um aumento de 108.000.000 de habitantes, segundo o IBGE (2010). De acordo com Milton Santos:

As cidades, e sobretudo as grandes, ocupam de modo geral, vastas superfícies, entremeadas de vazios. nessas cidades espraiadas, características de uma urbanização corporativa, há interdependência do que podemos chamar de categorias espaciais relevantes desta época: Tamanho urbano, modelo rodoviário, relevância de infraestruturas, especulação fundiária e Imobiliária, problemas de transporte, extroversão e periferização da população, gerando graças às dimensões de pobreza o seu componente geográfico, um modelo específico de centro periferia. Cada qual dessas realidades sustenta e alimenta as demais e o crescimento urbano, é, também o crescimento sistêmico dessas características (SANTOS,1993, p.95).

Vários problemas eclodiram em razão da urbanização rápida, porque os centros urbanos não disponibilizavam de estrutura para recepcionar a demanda populacional, o que resultou na exposição de condições inconsistentes em relação à segurança, moradia e saúde. A disparidade social relativa a fragmentação e a produção do espaço, expõem repercussões

desfavoráveis para o aditamento urbano e social desses núcleos, como por exemplo a segregação socioespacial ocasionada pelo capitalismo.

Numa depressão bastante profunda, circundada por altas fábricas, por altas margens cobertas de construções e de aterros, se juntam em dois grupos cerca de 200 casas em sua maioria com a parede posterior comum duas a duas, onde moram, no total, cerca de 4000 pessoas, quase todas irlandesas. As casas são velhas, sujas e do tipo menor, as ruas são desiguais, cheias de buracos e em parte não calçadas e destituídas de canalização. Lixo, refugos e lodo nauseante são esparsos por toda a parte em enormes quantidades, no meio de poças permanentes, a atmosfera está empestada de suas exalações e turvada e poluída por uma dúzia de chaminés; uma massa de mulheres e de crianças esfarrapadas vagueia pelos arredores, sujas como os porcos que se deleitam sobre os Montes de cinzas e nas poças (ENGELS, 2010, p. 102).

O reflexo do capitalismo no espaço urbano é a segregação socioespacial, pois considerando que a maior parte dos indivíduos que ocupam as periferias são de baixa renda, não tem condições de comprar uma casa digna para abrigar a sua família, muito menos tem condição de alugar um imóvel decente, uma vez que o que ganha mal dá para honrar os compromissos e necessidades pessoais.

A solução encontrada por muitos governos são os loteamentos populares, que por vezes surgem quase sem infraestrutura. Depois de loteados esses terrenos, estes abrigarão casas de autoconstrução ou imóveis construídos pelo poder público que, por sua característica, cria grandes e enfadonhos conjuntos habitacionais. Sobre isso, comenta Corrêa:

Criam-se Loteamentos Populares na periferia urbana: enchentes, mosquitos, valas negras, crimes, esquadrão da morte, horas e horas perdidas em precários transportes coletivos, eis alguns dos aspectos do cotidiano desta periferia urbana, fruto de uma ação especialmente diferenciada dos proprietários fundiários. Tais loteamentos são ilegais face a legislação urbana em vigor. Em pouco tempo são legalizados, e por pressão popular conseguem alguns poucos serviços de infraestrutura por conta do estado. Isto gera nova valorização fundiária, atingindo inclusive os terrenos reservados pelos antigos proprietários fundiários, muitos deles intencionalmente situados entre os loteamentos e o espaço urbano contínuo (CORRÊA, 1989, p.19).

Os grupos segregados dispõem de opções de habitação, muitas vezes concentrados em cortiços situados nas proximidades dos núcleos urbanos centrais, ocupando casas antigas, que anteriormente foram ocupadas pela elite e que, atualmente, estão degradadas e fragmentadas. Os grupos sociais separados passam a ser executores de fato, quando se forja a produção do próprio ambiente, na maior parte dos cenários sem dependência de ressentimento dos outros executores, a criação deste ambiente é antes de tudo uma maneira de demonstração de força e também uma tática de sobrevivência, sobrevivendo e resistindo às atribulações colocadas aos grupos sociais retirados das áreas urbanas ou até mesmo do campo e agora sujeitados aos procedimentos de modernização, que procuram pelo direito à cidade.

Em conformidade com a nossa carta magna a Constituição da República Federativa do Brasil 2020 a cidadania é um direito garantido e segundo (SILVA apud MAZZUOLI, 2001)

Consiste na consciência de pertinência a sociedade estatal como titular dos direitos fundamentais, da dignidade como pessoa humana, da integração participativa no processo do poder, com a igual consciência de que essa situação subjetiva envolve também deveres de respeito à dignidade do outro e de contribuir para o aperfeiçoamento de todos.

De acordo com Santos (2007):

O discurso das liberdades humanas e dos direitos seus garantidores são, certamente, ainda mais vastos. Tantas vezes proclamado e repetido, tantas vezes menosprezado. É isso, justamente, o que faz a diferença entre a retórica e o fato. O respeito ao indivíduo é a consagração da cidadania, pela qual uma lista de princípios gerais e abstratos se impõem como um corpo de direitos concretos. A cidadania é uma lei da sociedade que sem distinção, atinge a todos e investe cada qual com a força de se ver respeitado contra a força, em qualquer circunstância (SANTOS, 2007, p.19).

Considerando ainda que a Constituição da República Federativa do Brasil preconiza em seu capítulo 2 em seu artigo sexto: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”.

Segundo Santos (2007):

A cidadania, Sem dúvida, se aprende. É assim que ela se torna um estado de espírito, Enraizado na cultura. É, talvez, nesse sentido, que se costuma dizer que a liberdade não é uma dádiva, mas uma conquista, uma conquista a se manter. Ameaçada por um cotidiano implacável, não basta a cidadania ser um estado de espírito ou declaração de intenções. Ela tem o seu corpo e seus limites como uma situação social, jurídica e política (SANTOS, 2007, p.18).

De acordo com Mares (2013) apud Santos e Serpa (2001),

Na periferia que se dá a reprodução da população pobre, que passa a ocupar uma determinada área desprovida de infraestrutura e serviços básicos e que pode tanto estar próximo há um centro ou mesmo distante dele, se diferenciando das demais áreas da cidade pela precariedade nas condições socioespaciais.

A criminalidade na maioria das vezes é o reflexo da ausência de políticas públicas para dirimir essas desigualdades e segundo Frey e Czajkowski Jr. (2005):

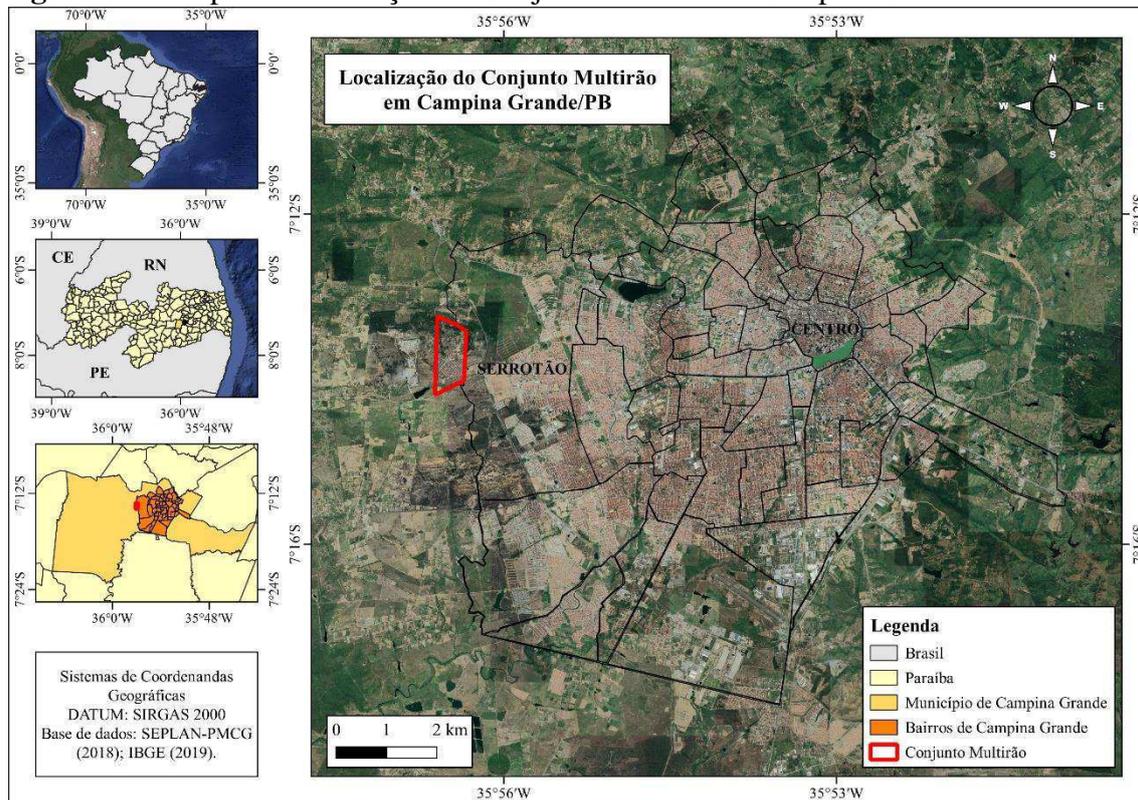
Nesse contexto, o que se percebe é que os antigos modelos adotados para combater a criminalidade não têm se mostrado tão eficientes para lidar com as diferenças e incertezas que caracterizam as cidades contemporâneas com suas ambivalências e contradições, exigindo, portanto, novas abordagens de governança interativa, baseadas em parcerias e em um diálogo ampliado e permanente entre o governo, sociedade civil e os próprios cidadãos (FREY; CZAJKOWSKI JR, 2005, p. 05).

De acordo com Bayley (2001), “O relacionamento entre polícia e sociedade é recíproco – A sociedade molda o que a polícia é, e a polícia influencia aquilo em que a sociedade pode tornar-se”. Afirmam Oliveira, Tonelli e Pereira, que “para Bayley (2007) é importante a integralização de ações em todos os níveis, inclusive base experiências bem sucedidas em países diversos. Além e defender também que o policiamento só será eficaz se acontecer sempre buscando uma proximidade com a sociedade.”

3. CONJUNTO MUTIRÃO E O SEU LUGAR NA CIDADE DE CAMPINA GRANDE: SEGREGAÇÃO, DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA O CONJUNTO MUTIRÃO

A cidade de Campina Grande na década de 1980 passou por um processo de crescimento urbano na administração do então governador Wilson Braga, que teve por plano de governo a construção de conjuntos habitacionais em vários municípios, tais como: Guarabira, Patos e Campina Grande. A metodologia empregada neste governo ocorria da seguinte forma, o estado fornecia o material de construção necessário e, em contrapartida, as famílias formavam um mutirão, fornecendo a mão de obra; por isso o conjunto passou a se chamar de Mutirão (Figura 01).

Figura 01 – Mapa de localização do Conjunto Mutirão de Campina Grande



Fonte: IBGE, 2019

O Conjunto Mutirão surge em meio a esses acontecimentos mencionados, bem próximo ao complexo penitenciário Raymundo Asfora, mais conhecido como presídio do Serrotão, inaugurado em 27 de setembro de 1990, as margens da alça sudoeste, trecho da BR 230, que por sua vez é de grande importância, pois faz a ligação da região do sertão paraibano com Campina Grande.

Inicialmente a fundação social do trabalho FUNSAT e fundação de apoio comunitário FAC, construiriam 153 habitações, entretanto, em razão da mudança de governador do estado da Paraíba na época, onde Wilson Braga não conseguiu deixar um sucessor, pois Tarcísio Buriti havia logrado êxito nas eleições de 1986 pelo partido PMDB, tão logo a derrota de Wilson Braga foi confirmada, a FUNSAT e a FAC encerraram suas atividades no conjunto mutirão. Na oportunidade em que recolheram todo o material do almoxarifado que seria utilizado na construção das 153 casas e voltaram para a capital João Pessoa, deixando as habitações incompletas e sem infraestrutura básica, como por exemplo esgotamento sanitário, energia elétrica e água encanada. Após o acontecido as famílias que seriam beneficiadas com as casas, decidiram ocupar as habitações inacabadas no intuito de adquirir uma moradia e na medida do possível concluir a construção da mesma, como pode ser visto nas Figura 02 e 03, a construção de casas no sistema de autoconstrução no bairro pesquisado.

Figura 02 – Habitações autoconstruída no Conjunto Mutirão



Fonte: Dados da Pesquisa, 2021.

Figura 03 – Rua do Conjunto Mutirão desprovida de pavimentação e esgotamento sanitário



Fonte: Dados da Pesquisa, 2021.

O Conjunto Mutirão foi formado por moradores de outros bairros da cidade, de cidades vizinhas e também de estados vizinhos, que procuravam condições de moradias acessíveis por conta do preço baixo na área do solo urbano. Os lotes presentes no Mutirão apresentam habitações autoconstruídas e ruas de dimensões variáveis, apresentando uma rua principal, formada pela presença de vários estabelecimentos comerciais e de serviços (Figura 04 e 05).

Quanto as construções de novas residências no lugar, em contrapartida, a prefeitura municipal iniciou a edificação de mais dois conjuntos de casas com a finalidade de contemplar os moradores do extinto lixão da cidade, como também pessoas em situação de risco e vulnerabilidade social em outros bairros de Campina Grande. Dessa maneira, o conjunto Mutirão surge com a construção de três conjuntos no total, um iniciado e não concluído pela FUNSAT/FAC, e mais dois realizados pela administração municipal; a regularização desses lotes é feita de maneira lenta pelo governo do estado e principalmente em períodos de eleições, segundo os próprios moradores do conjunto.

Figura 04 – Rua Severino Vicente dos Santos



Fonte: Dados da Pesquisa, 2021.

Figura 05 – Rua principal do conjunto Mutirão de Campina Grande



Fonte: Dados da Pesquisa, 2021.

Diante dos fatos, que originaram a criação do conjunto Mutirão de Campina Grande, foi necessário colher alguns relatos de moradores que ocuparam o bairro desde o início. No geral, três moradores se disponibilizaram para participar, cedendo seus respectivos relatos,

contaram de onde vieram, os motivos pelos quais escolheram morar no conjunto Mutirão, dentre outras dificuldades enfrentadas quando chegaram no referido conjunto habitacional.

O primeiro que relatou sobre a escolha de morar no conjunto foi o senhor J.S.A F, 73 anos de idade, que há 33 anos mora no conjunto, natural do estado do Rio Grande do Norte, veio para se tratar de uma neoplasia em um hospital da cidade relata que o bairro melhorou 100%. Assim relata:

Aqui era matando gente direto, cabra andando armado de 12 para cima e para baixo, era perigoso demais! Eles botaram até gente para ir embora daqui mandava fechar as casas, hoje está diferente” completou. Ele também relatou que o pior lugar de morar no conjunto segundo ele é um local conhecido como a favela de Socorro dos grudes, pois ainda segundo ele toda a confusão se origina de lá, “toda confusão, tiros, morte, tudo acontece lá pode me dar uma casa de graça lá que eu não quero, já do canal para cá é uma paz e depois que implantaram a unidade de polícia solidária melhorou cem por cento os policiais da UPS acabaram com a farra dos bandidos que decretavam o toque de recolher, porque de noite só quem podia andar aqui era os bandidos e hoje graças a Deus não tem mais isso.

A segunda moradora V.M.S 45 anos, que mora e trabalha no bairro há 22 anos, natural do município de Casinhas no estado de Pernambuco, veio para Campina Grande para trabalhar na padaria do tio, localizada no bairro da Catingueira, mas tinha vontade de iniciar a própria atividade comercial, foi quando soube que no atual local de trabalho estava a venda, e por um preço acessível na oportunidade em que a economia que tinha feito quando trabalhava para o tio era o suficiente para comprar a habitação. Ela relatou que mesmo sendo desencorajada pelos tios, que diziam “tu vai morar perto do presídio? ali não presta! Veja se compra no bairro das Cidades ou nas Malvinas”. Porém, ainda segundo ela, o dinheiro não dava para comprar nem no bairro das Malvinas e nem no bairro das Cidades. Ela comprou e conseguiu, com muita batalha, se estabelecer enfrentando o preconceito da própria família, como também dificuldade de locomoção na época, pois segundo ela, tinha que transportar as mercadorias do comércio dentro do ônibus coletivo, que fazia a linha com o conjunto, pois os taxistas se recusavam ir até o conjunto temendo ser assaltados, contou também que foi alvo de diversos assaltos e que muitas vezes era obrigada mandar mercadorias para os traficantes para poder trabalhar.

O terceiro entrevistado, E.G.A, de 46 anos, que há vinte e cinco anos mora no bairro, conta que antes morava no bairro de Bodocongó, na mesma cidade, porém para acompanhar a esposa e a sogra mudou-se para o conjunto, ele lembra que no início a violência prevalecia, pois havia uma disputa entre grupos criminosos, também disse que os moradores eram obrigados a se endividar pelos criminosos, tinha que comprar a força as coisas deles, e quem fosse contrário eles expulsavam esses moradores e ficavam com a casa. E.G.A ressaltou ainda que o domínio dos criminosos enfraqueceu muito, desde que o conjunto passou a sediar uma unidade de polícia

solidária, UPS MUTIRÃO. Porém, segundo ele, para ficar melhor ainda falta terminar as ruas que ainda não foram calçadas e nem concluíram o esgotamento sanitário.

A sensação de segurança e tranquilidade que os moradores do conjunto mutirão hoje relatam é fruto de um trabalho que se iniciou no ano de 2012 por parte da Polícia Militar do Estado da Paraíba com programa denominado Paraíba unida pela paz que tem como objetivo principal uma maior aproximação com as comunidades que apresentam altos índices de crimes violentos letais intencionais (CVLIs) como por exemplo homicídio e crimes violentos patrimoniais (CVPs) com por exemplo o roubo.

Com o objetivo de combate repressivo dessas modalidades criminosas e a implantação das unidades de polícia solidária (UPS) a primeira unidades instalada em Campina Grande Foi a do conjunto mutirão que havia registrado no ano de 2012 nove homicídios, porém no ano de instalação da UPS em 2013 esse número sofreu uma redução expressiva ou seja para apenas um caso em razão da nova modalidade de policiamento garantindo um direito basilar que outrora havia sido sequestrado por criminosos que atuavam no conjunto: o simples direito de ir e vir do Cidadão. Para se ter uma ideia a cidade de Campina Grande em 2011 registrou segundo o banco de dados da Polícia Militar da Paraíba, o Intranet, 190 homicídios já com a implementação do programa esses índices foram reduzidos alcançando números como por exemplo 92 homicídios em 2018, 63 em 2019, 58 em 2020, e em 2021 apenas 44 homicídios em toda cidade de Campina Grande, analisando o conjunto Mutirão na mesma perspectiva, a comunidade apresentou uma redução de 09 casos de homicídios em 2012 para a penas 01 caso em 2013 ainda segundo o banco de dados intranet PMPB chegando a zerar nos anos de 2017 e 2018, sofrendo um leve aumento de dois casos no ano de 2021, essas reduções atestam a efetividade das ações desenvolvidas pela Polícia Militar da Paraíba no âmbito das unidades polícia solidária em especial no conjunto Mutirão proporcionando segurança aos habitantes da Comunidade. A Figura 6 ilustra a visita do ex-governador da Paraíba às instalações da UPS Mutirão.

Figura 06 – Visita do ex-governador da Paraíba às instalações da UPS Mutirão em 2018.



Fonte: Dados da Pesquisa, 2021.

Diante dos relatos apresentados, constatamos que o conjunto Mutirão foi construído com muitas lutas pelos seus próprios moradores. A falta de infraestrutura, saneamento básico em muitas ruas, ocorrências de crimes, entre outros problemas, ainda é uma constância na maior parte desta área habitacional periférica de Campina Grande.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do estudo desenvolvido sobre as áreas de interação do Conjunto Mutirão na cidade de Campina Grande, fica provável avistar que o procedimento de discriminação é tradicionalmente formado, partindo de um panorama de correlação bifurcada de tempo e espaço, assim como estes procedimentos oriundos do espaço da cidade formam territórios, assim as diferenças sociais crescem na medida em que a cidade aumenta.

É de suma consideração observar o desembaraço da urbe, fato esse que se consolida cada vez mais por fatores como a supervalorização do solo urbano, juntamente com a grande especulação imobiliária, o que acaba acarretando em aumento das comunidades desprovidas de estrutura básica para moradia e ocupação de áreas inapropriadas.

As áreas inapropriadas para ocupação podem ser observadas mas que suposições técnicas, pois essa apropriação é de nexos diferentes do ambiente da urbe uma vez ocupado, na argumentação em relação ao território é necessário distinguir o tema de forma elevada, mas que a fração que divide as correlações encontradas no espaço, analisando de forma íntegra e

estruturada que se evidencia as perquisições económicas, políticas, de natureza e culturais por um lado formando e reproduzindo, já na outra parte de forma incorporada e associada.

Portanto, o Conjunto Mutirão mostra se como um enredo de elos, por consequência como um território que aflora de maneira divergente as relações de poder, de forma resumida, trata se de um ambiente que apresenta contrastes gerando inúmeras, preservando o conjunto semelhante a um corpo onde é possível observar as relações de lutas por melhores condições como por exemplo de solidariedade e principalmente de vizinhança.

Esta análise surge de um olhar inquieto e crítico de um geógrafo que procura interagir ante ao descaso do poder público e alimentado pelos debates no âmbito acadêmico e que se manifesta-se a transcendência desta análise do conjunto mutirão, esse alento a flora da carência de estudos de pesquisa e extensão sobre essa localidade no intuito de dar visibilidade à comunidade.

Faz se necessário analisar as comunidades despindo se de preconceitos buscando pensar o indivíduo que atua de forma própria e também de forma coletiva e possui memórias transcendentais em relação a urbe, entretanto, caem no esquecimento por vezes.

Conclui-se portanto que a finalidade do artigo foi auferida em parte, pois é um objeto de estudo que merece ser estendido dando mais visibilidade ao Conjunto Mutirão no sentido de reduzir por parte do poder público a questão da segregação sócio espacial com a implantação de políticas públicas inclusivas para os moradores da comunidade assim também como a efetivação de obras de infraestrutura básica pois mais da metade das trinta ruas do conjunto não dispõem desse serviço, por fim ressaltar aqui mesmo diante de todas essas dificuldades os moradores conquistaram muitos benefícios sociais para o conjunto, tais como: a cobertura por parte dos Correios e Telégrafos, transporte coletivo unidade básica de saúde da família, unidade de polícia solidária, igrejas, pavimentação de algumas ruas, iluminação da entrada do conjunto no acesso da alça sudoeste que foi um Pedido dos policiais militares prontamente atendido pelo ex governador Ricardo Coutinho, em visita a Unidade de Polícia Solidária UPS Mutirão, dito isto, o Conjunto Mutirão se firma com compadecimento de comunidade.

5. REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. **Preconceito contra a origem geográfica e de lugar: as fronteiras da discórdia.** São Paulo: Cortez, 2007.

BAUMAN, Z. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BAYLEY, D. **Padrões de policiamento.** São Paulo: Edusp, 2017.

BAYLEY, D. **Entrevista concedida a Elizabeth Leeds**. Revista brasileira de segurança pública, ano 1, ed.1, p. 120-129, 2007.

BRASIL. **Constituição da República federativa do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2010.

CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. Rio de Janeiro, civilização brasileira, 2003.

CARVALHO, M. J. SCOCUGLIA, Jovanka B. **Novos discursos, velhos problemas**: políticas urbanas e planejamento em Campina Grande Paraíba 1970 a 2005. In Revista Alfarrábios UEPB, vol. 2, n. 1, 2008.

COSTA, A. T. M. **Entre a lei e a ordem**: violência e reforma nas polícias do Rio de Janeiro e Nova Iorque. Rio de Janeiro: editora FGV, 2004.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. 2. Ed. São Paulo: ática, 1993.

FREY, K.; CZAJKOWSKI JR, S. **O município e a segurança pública**: o potencial da governança democrática urbana. Revista de administração pública. Rio de Janeiro, n. 39, v. 2, p. 297 – 325, mar/abr, 2005.

HAESBAERT, R. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão, In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Geografia**: Conceitos e temas. 13 ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995. p 165 – 205.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

MARES, R. M. **A periferia pobre e a produção do espaço urbano**: o caso de Vitória da Conquista/BA. 2013.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, Cidades**: Alternativas para a crise urbana. 2 ed. Petrópolis: vozes, 2001.

MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade**. 3 ed. São Paulo: Paulus, 2007.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**: São Paulo. Ática 1993.

SANTOS, Milton. **O dinheiro e o território**. In: SANTOS et all. Território, territórios. Niterói: lamparina, 2002.